



**Termo de Colaboração n.º 109/2023.**  
**Proc. Adm. Digital n.º 9035/5033379/2023.**

**TERMO DE COLABORAÇÃO TÉCNICO E FINANCEIRO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE GUARUJÁ E A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL "INSTITUTO RAIOS DE SOL", VISANDO A CONSECUÇÃO DE FINALIDADE DE INTERESSE PÚBLICO E RECÍPROCO (EMENDA PARLAMENTAR).**

O **MUNICÍPIO DE GUARUJÁ**, com sede à Av. Santos Dumont, n.º 800, Santo Antônio, Guarujá/SP, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 44.959.021/0001-04, neste ato representada por seu Prefeito, o Dr. **VÁLTER SUMAN**, brasileiro, casado, médico, portador da Cédula de Identidade RG n.º 11.083.344-2 SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob n.º 395.999.576-87, com endereço à Av. Santos Dumont, n.º 800, Santo Antônio, Guarujá/SP e por seu Secretário Municipal de Esporte e Lazer, o Sr. **JOSÉ ROBERTO LEOPOLDINO GALVÃO**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG n.º 27.236.208-6, e inscrito no CPF sob n.º 266.527.268-74, doravante denominados **MUNICÍPIO** e, de outro lado, a Organização da Sociedade Civil **INSTITUTO RAIOS DE SOL**, inscrita no CNPJ sob o n.º 43.523.806/0001-77, com sede na Avenida Adhemar de Barros, n.º 1.347 - sala 11A, Jardim Helena Maria - Guarujá/SP, neste ato representada por sua Presidente, a Sra. **VERUSKA GERLACH COMPIANI**, brasileira, divorciada, portadora da Cédula de Identidade RG n.º 32.103.431-4 SSP/SP, e inscrita no CPF sob o n.º 297.243.088-39, residente e domiciliada na Avenida dos Caiçaras, n.º 1.050, Jardim Las Palmas - Guarujá/SP, doravante denominada simplesmente **OSC**, por esta e melhor forma de direito, celebram o presente **TERMO DE COLABORAÇÃO**, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:**

I - O presente Termo de Colaboração tem por objeto a execução do Plano de Trabalho proposto pela **OSC**, na forma da Lei Ordinária n.º 13.019/2014, e aprovado pelo **MUNICÍPIO**, sendo parte integrante e indissociável deste instrumento, independentemente de transcrição, consistente em **Promover aulas de FUTEBOL DE CAMPO, GINÁSTICA FUNCIONAL, FUTSAL E KARATÊ.**

II - A execução dos serviços serão realizadas nos seguintes locais:

- **MODALIDADE FUTEBOL DE CAMPO**  
**"CAMPO DO ITAPEMA"** Rua José Lourenço Guerra, n.º 28. Jardim Boa Esperança. Guarujá - SP. CEP: 11.450-110;

- **MODALIDADE GINÁSTICA FUNCIONAL**  
**"PRAÇA DA FRATERNIDADE"**. Jardim Cunhambebe. Guarujá - SP. CEP: 11.471-040;

- **MODALIDADE FUTSAL "QUADRA POLISPORTIVA - ESCOLA ESTADUAL MARECHAL DO AR EDUARDO GOMES"**. Av. Castelo Branco, s/n.º. Jardim Cunhambebe. Guarujá - SP. CEP: 11.471-040;



- MODALIDADE KARATÊ "CAEC PROF.ª MÁRCIA REGINA DOS SANTOS". Av. Mario Daige, n.º 1.440. Jardim Boa Esperança. Guarujá - SP. CEP: 11.470-062;

**CLÁUSULA SEGUNDA - DOS REPASSES**

**PÚBLICOS E DA CONTRAPARTIDA:**

I - Para execução das ações previstas na Cláusula Primeira, o **MUNICÍPIO** repassará à **OSC**, o montante de **R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais)**, a ser pago de acordo com o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho.

II - Os recursos transferidos deverão ser mantidos pela **OSC**, em conta bancária específica, somente sendo permitidos créditos oriundos da parceria e débitos para pagamento de despesas previstas no Plano de Trabalho.

III - Os recursos da Parceria, enquanto não utilizados, deverão ser obrigatoriamente aplicados em:

a) Caderneta de poupança, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês;

b) Fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado lastreada em título da Dívida Pública Federal, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores que um mês.

IV - Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto da Parceria, estando sujeito às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

V - O repasse de recursos financeiros destinados ao cumprimento do objeto desta Parceria obedecerá ao Plano de Trabalho previamente aprovado, tendo por base o cronograma de desembolso, como parâmetro para sua elaboração e definição das parcelas.

VI - A **OSC** disponibilizará profissionais e materiais esportivos para execução do projeto, conforme consta no Plano de Trabalho.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO**

**MUNICÍPIO:**

I - Publicar na imprensa oficial o extrato deste Termo de Colaboração e de seus eventuais aditivos, nos prazos e nos moldes previstos no § 1.º, do Art. 32 e no Art. 38, da Lei Ordinária Federal nº 13.019/2014;

II - Transferir os recursos financeiros à **OSC**, consignados na cláusula segunda do presente Termo de Colaboração, mediante repasses para a conta corrente exclusiva informada pela **OSC**, até o 5º dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços executados e de acordo com o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho;



**III -** Por intermédio da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, Comissão de Monitoramento e Avaliação e Gestor da Parceria, acompanhar, orientar, supervisionar e avaliar os serviços prestados pela **OSC**, no que diz respeito aos aspectos qualitativos e quantitativos;

**IV -** Examinar e aprovar ou reprovar as prestações de contas dos recursos financeiros repassados à **OSC**;

**V -** Assinalar prazo para que a **OSC** adote providências necessárias para o exato cumprimento das obrigações decorrentes deste Termo de Colaboração, sempre que verificada alguma irregularidade, sem prejuízo de sua prorrogação, a requerimento da entidade, por motivo justificado;

**VI -** Assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade.

**CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA**

**OSC:**

**I -** Manter atualizados seus dados junto à municipalidade, inclusive comunicando à Secretaria Municipal de Esporte e Lazer toda e qualquer alteração ocorrida em seus Estatutos Sociais, mudanças de diretoria ou substituição de seus membros.

**II -** Zelar pela manutenção de qualidade dos serviços prestados, de acordo com as diretrizes técnicas e operacionais definidas pelo **MUNICÍPIO** e aprovados pelo Conselho Municipal de Esporte, em consonância com a Política Nacional de Educação e Esporte;

**III -** Observar as orientações do **MUNICÍPIO**, decorrentes do trabalho de acompanhamento e supervisão das atividades ou projeto e, também, propor ajustes necessários para melhor executar as ações, alcançar eficácia, eficiência e economicidade;

**IV -** Manter recursos humanos, materiais e equipamentos sociais adequados e compatíveis com o atendimento dos serviços que os obriga a prestar, com vistas ao cumprimento dos objetivos deste Termo de Colaboração;

**V -** Proporcionar amplas e iguais condições de acesso à população abrangida pelos serviços prestados, sem discriminação de qualquer natureza, zelando pela segurança e integridade física dos usuários;

**VI -** Aplicar integralmente os recursos financeiros repassados pelo **MUNICÍPIO**, inclusive eventuais rendimentos de aplicação financeira, exclusivamente na prestação dos serviços objeto deste Termo de Colaboração;

**VII -** Apresentar, nos prazos exigidos pela municipalidade, por meio do relatório de execução do objeto, as atividades desenvolvidas, comprovando que os recursos financeiros recebidos foram aplicados nas ações previstas no Plano de Trabalho;

**VIII** - Prestar contas ao **MUNICÍPIO**, conforme cláusula sexta deste Termo de Colaboração e normas específicas da municipalidade;

**IX** - Manter a contabilidade e registros atualizados e em boa ordem, bem como relação nominal dos beneficiários das ações colaboradas à disposição dos órgãos fiscalizadores, e ainda, manter registros contábeis específicos relativos aos recebimentos de recursos públicos;

**X** - Assegurar ao Gestor, à Comissão de Monitoramento e Avaliação, à Controladoria Geral do Município, ao Conselho Municipal de Esporte e Lazer, e aos demais Conselhos e órgãos públicos, condições necessárias ao acompanhamento, supervisão, fiscalização e avaliação da execução e dos serviços prestados;

**XI** - Apresentar relatório nos prazos exigidos pela municipalidade, demonstrando o atendimento prestado, com os aspectos quantitativos e qualitativos, considerados, respectivamente, a capacidade e o número de beneficiários, bem como os resultados alcançados na implementação dos serviços, de acordo com as orientações da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer;

**XII** - A **OSC** deverá fornecer, mensalmente, relação contendo informações individualizadas das pessoas atendidas durante o mês, na forma que vier a ser estabelecida pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, bem como informar, imediatamente, as vagas disponíveis;

**XIII** - Manter, durante o prazo de vigência deste Termo de Colaboração, a regularidade das obrigações perante a Previdência Social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;

**XIV** - Atender eventuais solicitações verbais, por e-mail, telefone ou outros meios, acerca de levantamentos de dados formulados pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, com a pronta apresentação dos documentos solicitados no prazo estipulado;

**XV** - Apresentar, caso solicitado, nome e número da Carteira de Trabalho e Previdência Social de cada um dos trabalhadores recrutados para executar os serviços vinculados ao objeto, mediante prévio registro com base na legislação trabalhista, bem como, inclusive de eventual empregado substituto;

**XVI** - Promover a publicação integral de extrato do relatório de execução física e financeira deste Termo de Colaboração, nos termos do Art. 11, da Lei Ordinária Federal nº 13.019/2014.

**XVII** - Prestar gratuitamente os atendimentos relativos ao objeto desta Parceria;

**XVIII** - Responsabilizar-se exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de serviços e de pessoal, incluindo-se os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, danos causados a terceiros, pagamento de seguros, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária do **MUNICÍPIO**, perante terceiros, em juízo ou fora dele;





**XIX** - Manter as certidões negativas ou positivas com efeito de negativa, em dia;

**XX** - Elaborar e entregar o balanço patrimonial, o balancete analítico anual, e demais demonstrações contábeis solicitadas pelo TCE-SP, segundo as normas contábeis vigentes para o terceiro setor;

**XXI** - Manter em seus arquivos durante o prazo mínimo de 10 (dez) anos, contados do dia útil subsequente ao da prestação de contas, os documentos originais que compõem a prestação de contas.

**XXII** - Ressarcir à Municipalidade os recursos recebidos, através desta Parceria, quando se comprovar a sua inadequada utilização, bem como os valores não utilizados, de acordo com o disposto no Decreto Municipal n.º 11.947/2016.

**XXIII** - Arcar com o pagamento de toda e qualquer despesa excedente aos recursos transferidos pela municipalidade, bem como, as não previstas no Plano de Trabalho.

**XXIV** - Autorizar a fixação, em suas dependências, em local de fácil visualização, das informações e orientações sobre os serviços prestados, cujos recursos tenham origem nas disposições desta Parceria.

**XXV** - As vagas a serem disponibilizadas aos alunos da rede pública de ensino, bem como qualquer dispensa, deverão ter prévia autorização da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.

**XXVI** - É de responsabilidade exclusiva da **OSC**, o gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal.

**CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO**

**ORÇAMENTÁRIA:**

O valor total estimado do presente Termo de Colaboração é de **R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais)**, onerando a rubrica orçamentária da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, sob n.º 13.01.00.3.3.90.39.00.27.812.1003, despesa 2926.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS PRESTAÇÕES DE**

**CONTAS:**

A **OSC** prestará contas ao **MUNICÍPIO**, observando as instruções da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, Controladoria Geral do Município, normas vigentes do Tribunal de Contas de São Paulo e ao Decreto Municipal nº 11.947/2016, em seu artigo 21, da seguinte forma:

**I** - Parcial: até 30 (trinta) dias após o recebimento da parcela dos recursos repassados no mês anterior, constituída de relatório de cumprimento do objeto e acompanhada dos seguintes documentos:

a) Relatório consolidado de dados quantitativos dos atendimentos mensais e de informações relacionadas a ações que demonstrem o atingimento das metas de qualidade definidas no Plano de Trabalho;

b) Relatório de aplicação financeira;

c) Cópia dos extratos da conta bancária específica, com a respectiva conciliação bancária;

d) Comprovante de recolhimento dos recursos não aplicados, quando houver, na conta bancária específica.

II - Anual: até 31 (trinta e um) de janeiro do exercício subsequente, dos recursos repassados durante o exercício anterior, nos moldes das instruções específicas do Tribunal de Contas de São Paulo.

§ 1º - Na hipótese de descumprimento do prazo previsto para prestação de contas, o repasse será suspenso e a **OSC** terá mais 30 (trinta) dias para sanar a irregularidade;

§ 2º - Decorrido o prazo previsto no § 1º desta cláusula, sem que a **OSC** efetue a regularização da prestação de contas prevista no inciso I, desta cláusula, a parcela do mês subsequente poderá ser cancelada e, persistindo a irregularidade por mais 60 (sessenta) dias, o Termo poderá ser cancelado em sua totalidade.

III - Para fins de comprovação dos gastos, não serão aceitas despesas efetuadas em data anterior ou posterior à vigência do Termo de Colaboração;

IV - Não poderão ser pagas com recursos da Parceria, além das previstas nas normas internas desta municipalidade, na legislação em vigor e no Plano de Trabalho, despesas decorrentes de:

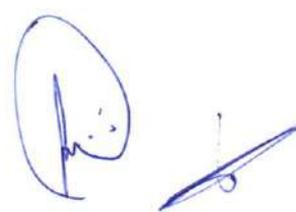
a) Taxa de administração, de gerência ou similar;

b) Pagamento de servidor ou empregado público sem que a lei específica e a lei de diretrizes orçamentárias autorize;

c) Multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos;

d) Publicidade, salvo as previstas no Plano de Trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou orientação pessoal, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal;

e) Pagamento de pessoal contratado pela **ENTIDADE**, que não atendam às exigências do artigo 46 da Lei Ordinária nº 13.019/2014;





f) Obras que caracterizem a ampliação de área construída ou a instalação de novas estruturas físicas;

g) Despesas e tarifas bancárias de quaisquer espécie;

V - Ao adquirir equipamentos e materiais permanentes com recursos provenientes da Parceria, a OSC deverá gravá-lo com cláusula de inalienabilidade e formular promessa de transferência da propriedade ao **MUNICÍPIO**, na hipótese de sua extinção ou ao final da parceria.

VI - Os bens remanescentes na data da conclusão ou extinção da parceria e que, em razão desta, tenham sido adquiridos, produzidos ou transformados com recursos repassados pela Administração Pública, se não for para uso no respectivo objeto, devem ser restituídos e serem incorporados ao patrimônio do **MUNICÍPIO**.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DO GESTOR DA PARceria E DA AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ALCANÇADOS:**

I - Em consonância com o disposto na alínea "g", do Art. 35, da Lei Federal n.º 13.019/2014, o gestor da parceria será designado por instrumento próprio na assinatura do Termo de Colaboração.

II - Em consonância com o disposto na alínea "h", do Art. 35, da Lei Federal n.º 13.019/2014, a Comissão de Monitoramento e Avaliação, será designada através de Portaria ou Decreto Municipal.

III - As metas e formas de constatação dos resultados serão aquelas constantes do Plano de Trabalho aprovado.

IV - Fica assegurado o livre acesso dos servidores da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, da Controladoria Geral do Município e do Tribunal de Contas aos processos, aos documentos, às informações referentes ao objeto do presente, bem como aos locais de execução do objeto.

V - O gestor da parceria providenciará relatório sobre a execução, nos termos da Portaria ou Decreto municipal, analisando, principalmente, a efetiva execução dos itens descritos na proposta técnica e plano de trabalho, por todos os meios possíveis de comprovação, tais como conferência de lista de presença, material fotográfico, além do recebimento e verificação dos comprovantes das despesas.

VI - Poderá ser providenciada pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer a realização de pesquisa de satisfação junto à população, quanto à qualidade do trabalho desenvolvido e atingimento dos objetivos culturais esperados.

**CLÁUSULA OITAVA - DAS IRREGULARIDADES:**

I - Qualquer irregularidade concernente a presente Parceria deverá ser comunicada à Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, que deliberará quanto à implicação das sanções a serem aplicadas, se o caso.

**II -** A liberação de parcela de repasse, eventualmente bloqueada, será feita após a correção das irregularidades apontadas, ou da aceitação formal da proposta de correção, com prazos determinados.

**III -** Constatada a ocorrência de irregularidades pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, a **OSC** deverá ser notificada por meio formal, sendo válida a notificação via e-mail, no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

**IV -** A **OSC** deverá apresentar, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a partir da data do recebimento da notificação de irregularidades, justificativa e proposta de correção para apreciação e decisão da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.

**V -** A cópia da notificação de ocorrências de irregularidades, da justificativa e da proposta de correção integrarão o processo administrativo de tramitação do presente Termo.

#### CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA E

##### PRORROGAÇÃO:

Este instrumento terá a vigência de 10(dez) meses, início 01/12/2023 a 30/09/2024, podendo ser prorrogada até o limite de 60 (sessenta) meses, observado o Art. 55, da Lei Federal n.º 13.019/2014.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES:

O Plano de Trabalho da parceria poderá ser alterado para a revisão de valores, vigência ou das metas, mediante as normas legais vigentes, para remanejamento, sem alteração de vigência e do montante pactuado, com solicitação e justificativa apresentada previamente pela **OSC** e aprovada pela administração pública.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA

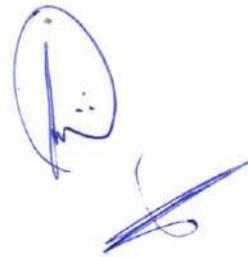
##### RESCISÃO E DA DENÚNCIA:

A inexecução total ou parcial da presente Parceria enseja sua rescisão, a juízo da municipalidade, cabendo à **OSC**, sem prejuízo das sanções previstas em lei, devolver o saldo não utilizado das quantias recebidas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sob pena de cobrança judicial dos valores apurados, acrescidos de juros legais e correção monetária.

**I -** Constitui, entre outros, motivos para a rescisão do Termo de Colaboração a constatação das seguintes situações:

a) Descumprimento de quaisquer das exigências fixadas nas normas e diretrizes que regulam o Programa, especialmente quanto aos padrões de qualidade de atendimento;

b) Cobrança aos usuários de quaisquer valores pelo atendimento realizado.



**II -** A parceria poderá ser rescindida unilateralmente por qualquer dos partícipes, mediante comunicação por escrito com antecedência de 60 (sessenta) dias.

**III -** Quando ocorrer a denúncia ou rescisão, ficam os participantes responsáveis pelas obrigações contraídas durante o prazo de vigência deste instrumento, creditando-se-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período.

**IV -** É prerrogativa do **MUNICÍPIO**, assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto colaborado, de modo a evitar sua descontinuidade, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES

##### ADMINISTRATIVAS:

**I -** O não cumprimento das cláusulas deste Termo de Colaboração, do Plano de Trabalho, das determinações constantes do Decreto Municipal nº 11.947/2016, bem como a inexecução injustificada, total ou parcial, do projeto e atividades constituem irregularidades passíveis das seguintes penalidades, aplicadas cumulativamente e/ou progressivamente, obedecida a proporcionalidade:

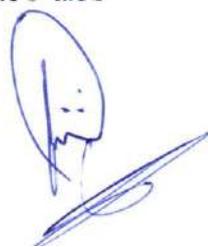
- a) Advertência formal;
- b) Suspensão dos repasses;
- c) Multa de até de 5% (cinco por cento) do valor total do Termo de Colaboração;
- d) Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar termos de parceria (colaboração ou fomento) e contratos com a administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- e) Declaração de inidoneidade para participar em chamamento público ou celebrar termo de colaboração ou fomento e contratos com órgãos e **OSC** em todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida após a **OSC** ressarcir os cofres públicos pelos prejuízos resultantes, e após o prazo da sanção aplicada com base no inciso II deste dispositivo;

**II -** Todas as penalidades mencionadas deverão estar devidamente fundamentadas e concedido direito de ampla defesa e contraditório, bem como comunicada ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA

##### PUBLICAÇÃO:

A eficácia deste Termo de Colaboração fica condicionada a publicação do respectivo extrato no órgão de imprensa oficial do município, até o quinto dia útil do mês subsequente, a contar do mês da sua assinatura.



CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DASDISPOSIÇÕES GERAIS:

I - Todas as comunicações relativas a este Termo de Colaboração serão efetuadas por escrito e consideradas como realizadas quando entregues no endereço eletrônico informado pela **OSC** ou nos endereços indicados no preâmbulo deste instrumento. As partes serão responsáveis pela comunicação por escrito de eventual alteração de endereço, e-mail ou telefone e as notificações enviadas até essa comunicação serão consideradas como realizadas.

II - Este Termo de Colaboração não implica na formação de vínculo de qualquer natureza entre o **MUNICÍPIO** e a **OSC**, nem entre uma parte e os empregados, contratados e cooperados da outra parte, permanecendo cada qual exclusivamente responsável, pela remuneração e respectivos encargos fiscais, trabalhistas e previdenciários, bem como pelas reclamações e ações, de seus empregados e contratados, devendo manter a outra parte a salvo de tais reclamações e ações e indenizá-la de quaisquer quantias, inclusive honorários advocatícios e custas judiciais devidas em decorrência de tais reclamações e ações, inclusive reivindicações relativas ao INSS, FGTS e direitos previdenciários.

III - Os casos omissos serão resolvidos nos termos da lei e decreto municipal, ou, mantida a omissão, de comum acordo entre as partes através de Termo Aditivo que fará parte integrante deste instrumento.

IV - Se qualquer termo ou outra disposição deste Termo de Colaboração for considerado inválido, ilegal ou inexecutável diante de qualquer norma legal ou ordem pública, todos os demais termos e disposições deste instrumento permanecerão, independentemente, em pleno vigor e efeito pelo tempo em que o substrato econômico e jurídico das operações contempladas neste instrumento não for prejudicado por qualquer das partes individualmente. Quando qualquer termo ou outra disposição for considerado inválido, ilegal ou inexecutável, as partes negociarão em boa-fé a alteração deste Termo de Colaboração de modo a fazer vigorar sua intenção original da maneira mais aceitável possível, e a fim de que as transações aqui contempladas sejam realizadas na medida do possível.

V - A falta de utilização, pelos parceiros, de quaisquer direitos ou faculdades que lhe concede este Termo de Colaboração não se constituirá novação, nem importará renúncia aos mesmos direitos e faculdades, mas mera tolerância em fazê-los prevalecer em qualquer outro momento ou situação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOSDOCUMENTOS VINCULADOS:

Fazem parte do presente Instrumento, de forma indissociável, em tudo aquilo que não contrarie, de forma a complementarem-se um ao outro, o Plano de Trabalho apresentado pela Organização da Sociedade Civil e aprovado pelo **MUNICÍPIO**, as propostas técnica e financeira e o termo de ciência e notificação.



**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA TENTATIVA****DE CONCILIAÇÃO E DO FORO:**

As partes elegem o foro da Comarca de Guarujá para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento, não solucionadas pela prévia e obrigatória tentativa de solução administrativa.

As partes firmam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e forma, e na presença de duas (02) testemunhas.

30 de novembro

Prefeitura Municipal de Guarujá, em  
de 2023.

  
VALTER SUMAN  
Prefeito

  
JOSÉ ROBERTO LEOPOLDINO GALVÃO  
Secretário Municipal de Esporte e  
Lazer

  
VERUSKA GERLACH COMIANI  
Presidente  
Instituto Raios de Sol

**TESTEMUNHAS:**

Thamires A. S. J. Dias  
Assistente Administrativo  
Pront. 21822

Éder Simões de Oliveira  
Pront. nº 18.825

"SEL"

**ANEXO I****Repasses ao Terceiro Setor  
Termo de Ciência e de Notificação****Termo de Colaboração**

**ÓRGÃO PÚBLICO:** MUNICÍPIO DE GUARUJÁ.

**ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL PARCEIRA:** Instituto Raios de Sol.

**TERMO DE COLABORAÇÃO N.º** 109/2023.

**OBJETO:** Promover aulas de Futebol de Campo, Ginástica Funcional, Futsal e Karatê.

**VALOR REPASSADO:** R\$ 160.000,00 (cento e Sessenta mil reais).

Pelo presente **TERMO**, nós, abaixo identificados:

1. Estamos **CIENTES** de que:

a) O ajuste acima referido estará sujeito a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;

b) Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução n.º 01/2011, do TCE-SP;

c) Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o Artigo 90, da Lei Complementar n.º 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;

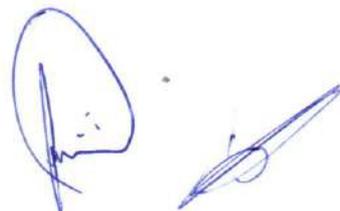
d) As informações pessoais do(s) responsável(is) pelo órgão concessor e entidade beneficiária, estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCE-SP - CadTCE-SP", nos termos previstos no Artigo 2º, das Instruções n.º 01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);

2. Damo-nos por **NOTIFICADOS** para:

a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;

b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Guarujá, 30 de novembro de 2023.





**AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO PÚBLICO PARCEIRO:**

Nome: VÁLTER SUMAN  
Cargo: Prefeito  
CPF: 395.999.576-87

**AUTORIDADE MÁXIMA DA ENTIDADE BENEFICIÁRIA:**

Nome: VERUSKA GERLACH COMPIANI  
Cargo: Presidente  
CPF: 297.243.088-39

Responsáveis que assinaram o ajuste:

**PELO ÓRGÃO PÚBLICO PARCEIRO:**

Nome: VÁLTER SUMAN  
Cargo: Prefeito  
CPF: 395.999.576-87

*Valter Suman*  
Prefeito de Guarujá

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome: JOSÉ ROBERTO LEOPOLDINO GALVÃO  
Cargo: Secretário Municipal de Esporte e Lazer  
CPF: 266.527.268-74

Assinatura: \_\_\_\_\_

**PELA ENTIDADE PARCEIRA:**

Nome: VERUSKA GERLACH COMPIANI  
Cargo: Presidente  
CPF: 297.243.088-39

Assinatura: \_\_\_\_\_

*Veruska Gerlach Compiani*





O(s) signatário(s), na qualidade de representante(s) da \_\_\_\_\_ (nome da entidade) vem indicar, na forma abaixo detalhada, as despesas incorridas e pagas no exercício/20XX bem como as despesas a pagar no exercício seguinte.

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS INCORRIDAS NO EXERCÍCIO					
ORIGEM DOS RECURSOS (4):					
CATEGORIA OU FINALIDADE DA DESPESA (8)	DESPESAS CONTABILIZADAS NESTE EXERCÍCIO (R\$)	DESPESAS CONTABILIZADAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E PAGAS NESTE EXERCÍCIO (R\$) (H)	DESPESAS CONTABILIZADAS NESTE EXERCÍCIO E PAGAS NESTE EXERCÍCIO (R\$) (I)	TOTAL DE DESPESAS PAGAS NESTE EXERCÍCIO (R\$) (J= H + I)	DESPESAS CONTABILIZADAS NESTE EXERCÍCIO A PAGAR EM EXERCÍCIOS SEGUINTE (R\$)
Recursos humanos (5)					
Recursos humanos (6)					
Medicamentos					
Material médico e hospitalar (*)					
Gêneros alimentícios					
Outros materiais de consumo					
Serviços médicos (*)					
Outros serviços de terceiros					
Locação de imóveis					
Locações diversas					
Utilidades públicas (7)					
Combustível					
Bens e materiais permanentes					
Obras					
Despesas financeiras e bancárias					
Outras despesas					
<b>TOTAL</b>					

(4) Verba: Federal, Estadual, Municipal e Recursos Próprios, devendo ser elaborado um anexo para cada fonte de recurso.

(5) Salários, encargos e benefícios.

(6) Autônomos e pessoa jurídica.

(7) Energia elétrica, água e esgoto, gás, telefone e internet.

(8) No rol exemplificativo incluir também as aquisições e os compromissos assumidos que não são classificados contabilmente como DESPESAS, como, por exemplo, aquisição de bens permanentes.

(9) Quando a diferença entre a Coluna DESPESAS CONTABILIZADAS NESTE EXERCÍCIO e a Coluna DESPESAS CONTABILIZADAS NESTE EXERCÍCIO E PAGAS NESTE EXERCÍCIO for decorrente de descontos obtidos ou pagamento de multa por atraso, o resultado não deve aparecer na coluna DESPESAS CONTABILIZADAS NESTE EXERCÍCIO A PAGAR EM EXERCÍCIOS SEGUINTE, uma vez que tais descontos ou multas são contabilizados em contas de receitas ou despesas. Assim sendo deverá se indicado como nota de rodapé os valores e as respectivas contas de receitas e despesas.

(\*) Apenas para entidades da área da Saúde.



DEMONSTRATIVO DO SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO	
(G) TOTAL DE RECURSOS DISPONÍVEL NO EXERCÍCIO	
(J) DESPESAS PAGAS NO EXERCÍCIO (H+I)	
(K) RECURSO PÚBLICO NÃO APLICADO [E - (J - F)]	
(L) VALOR DEVOLVIDO AO ÓRGÃO PÚBLICO	
(M) VALOR AUTORIZADO PARA APLICAÇÃO NO EXERCÍCIO SEGUINTE (K - L)	

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que a despesa relacionada comprova a exata aplicação dos recursos recebidos para os fins indicados, conforme programa de trabalho aprovado, proposto ao Órgão Público Parceiro.

Local e data:

Responsáveis pela Organização da Sociedade Civil: (nome, cargo e assinatura)